

CONFRONTANDO ESCALAS: CONTRIBUIÇÕES DA ETNOGRAFIA PARA AS TEORIAS SOCIAIS SOBRE MOVIMENTOS POPULARES URBANOS

Wecisley Ribeiro do Espírito Santoⁱ

Resumo

O artigo apresenta um relato etnográfico sobre a V Conferência Nacional das Cidades, com especial interesse na atuação dos movimentos sociais urbanos. O material de campo, depois de apresentado, é confrontado com uma escala mais abrangente, na qual emergem divergências e convergências entre estes mesmos movimentos em nível macrossociológico. Por fim, testa-se a hipótese segundo a qual há uma continuidade entre o caráter segmentar presente nas situações de interação social registradas no âmbito da Conferência, de um lado, e os conflitos e coalizões testemunhados entre entidades dos movimentos urbanos e as esferas estatais de governo, de outro. As considerações finais destacam alguns aspectos culturais que subjazem à organização segmentar destas entidades.

Palavras chave: Movimentos sociais; urbano; escalas; segmentaridade; conflitos.

CONFRONTING SCALES: THE CONTRIBUTION OF ETHNOGRAPHY TO SOCIAL THEORIES ABOUT URBAN POPULAR MOVEMENTS

Abstract:

The article presents an ethnographic report about the 5th National Conference of Cities, with special interest in the performance of urban social movements. The field material, once presented, is confronted with a broader scale, in which emerge differences (deviations) and convergences among these same movements in a macrosocial level. Finally (at last), the hypothesis according to which there is a continuity between the segmental character of the social interactions observed within the scope of the conference and the conflicts and coalitions witnessed between urban movement entities and State spheres of Government is tested. The final considerations highlight some cultural aspects underlying the segmented organization of these entities.

Keywords

Social movements; urban; scales; segmented social organization (segmentarity); conflicts.

ⁱ **Wecisley Ribeiro do Espírito Santo** é mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ; professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEH/UERJ); pesquisador bolsista do Colégio Brasileiro de Altos Estudos/UFRJ e membro do Núcleo de Antropologia do Trabalho, de Estudos biográficos e de trajetórias (NuAT/PPGAS/MN/UFRJ). E-mail: wecisley@gmail.com

Introdução

Os relatos etnográficos podem trazer algum aporte às teorias sociais de escala macrossociológica? O detalhamento da etnografia, seu interesse pelos aspectos “menores” da vida cotidiana, oferece uma contribuição particular para o enfrentamento das questões sociais abrangentes? Pode ser profícua a operação de lançar uma escala contra outra, compreendidas como níveis distintos de observação de um mesmo objeto? Estas indagações, nada originais e há tempo consolidadas no interior da Antropologia (L’Etoile, Neiburg & Sigaud, 2002), em particular, e das Teorias Sociais, em geral, servem como fio condutor para as notas etnográficas que se seguem. A partir do caso dos movimentos sociais empenhados na luta pela *Reforma Urbana*¹ e pelo *Direito à Cidade*, apresento um relato sobre a V Conferência Nacional das Cidades (ocorrida em novembro de 2013, doravante V CNC) buscando depreender deste exercício algumas hipóteses mais gerais sobre as lutas urbanas brasileiras na atualidade. A observação desta Conferência constituiu uma parte do trabalho de campo etnográfico multissituado (Marcus, 1995) que desenvolvi entre dezembro de 2012 e novembro de 2014 – acompanhando a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAN) e da Central

dos Movimentos Populares (CMP). O objetivo desta investigação foi o de tentar compreender as relações entre movimentos sociais urbanos e a esfera pública.²

O crescimento e a intensificação das ações dos movimentos sociais urbanos (do que o protagonismo e a visibilidade recentes do MTST constitui o exemplo mais evidente) – bem como a diversificação de seus “repertórios de ação coletiva” (Tilly, 1977) – lança luz sobre a importância crescente assumida pela *questão urbana*, na história do Brasil. Tanto entidades que, nos últimos anos, têm priorizado a *participação* institucional (nos conselhos e conferências, por exemplo) quanto as que se concentram sobre a *ação direta*, por meio de mobilizações de rua, vêm denunciando a privatização dos territórios das cidades – por meio da ação de incorporadoras, construtoras, empreiteiras, bancos de terra. É neste contexto que as reivindicações por uma *inversão de prioridades* na política urbana – vale dizer, a passagem do primado concedido à política de terceirização da produção das cidades por meio de empreiteiras e construtoras (com financiamento público) e da privatização do espaço público, à garantia do direito à cidade (e aos equipamentos urbanos de saúde, educação, transporte, lazer, saneamento, habitação etc.) para todos os cidadãos – ganham fôlego.

Os conflitos decorrentes destes processos intensificam-se na razão mesma da radicalização da questão

¹ As categorias nativas dos movimentos sociais urbanos são discriminadas em itálico, sobretudo quando aparecem pela primeira vez, mas também quando vale a pena enfatizá-las novamente.

² Este artigo apresenta um fragmento dos resultados de uma ampla pesquisa coletiva que reuniu cerca de 20 pesquisadores (entre antropólogos, sociólogos e historiadores), concentrada sobre as relações entabuladas entre movimentos sociais brasileiros e Estado. Esta investigação foi realizada sob os auspícios do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, com financiamento da Secretaria Geral da Presidência da República. O que se segue diz repetido especificamente aos movimentos populares empenhados na luta pela Reforma Urbana. Um relato mais panorâmico sobre o “estado da arte” dos movimentos populares urbanos, produto desta mesma pesquisa, pode ser encontrado em Pandolfi & Espírito Santo (2014). Agradeço a Dulce Pandolfi, com quem tive a honra de trabalhar nesta pesquisa, pela leitura crítica do material ora apresentado.

urbana. *Ocupações* de terra e de imóveis que não cumprem a “função social da propriedade” (Constituição Federal e Estatuto das Cidades), reintegrações de posse, violência policial, criminalização dos movimentos sociais e das regiões mais pobres das cidades, ruídos introduzidos de várias partes no diálogo entre sociedade civil organizada e governantes, conflitos deflagrados entre entidades distintas dos movimentos; eis alguns dos principais problemas colocados na agenda pública atualmente pela atuação dos movimentos sociais urbanos. A pergunta central deste artigo pode ser, neste sentido, assim formulada: que contribuição a etnografia destes movimentos e de suas múltiplas entidades pode oferecer à reflexão pública acerca destes problemas centrais de escala nacional? No que se segue, tento arriscar algumas possibilidades de resposta a esta questão.

Tensões rituais

Por volta das 16h40min de uma quinta-feira (21 de novembro de 2013), em meio à plenária do painel 1 da V CNC, duas *militantes* da UNMP, identificadas por camisetas, debatem de modo acalorado. O Auditório Máster do Centro de Convenções Ulisses Guimarães de Brasília (com capacidade para 2.827 pessoas), encontra-se majoritariamente ocupado por *delegados* representantes dos quatro movimentos nacionais de luta por habitação com assento no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) – a CONAM, o MNLM, a CMP, além da própria UNMP.

O que desencadeia o debate entre as duas delegadas é uma votação para deliberar sobre um documento que visa garantir maior controle sobre grandes projetos com impactos ambientais. Se bem que este seja o momento de levantar as credenciais para decidir sobre as propostas, ambas ignoram soberanamente

os trabalhos do plenário, seguindo com seu embate particular. Embora não seja possível ouvir o tema da alteração, a linguagem corporal de ambas permite entrever um terceiro ator, que é objeto da conversa – a mesa coordenadora. Uma das mulheres, sentada, ergue as mãos com as palmas voltadas para cima, fazendo círculos simultâneos evocativos de indagações. A outra, permanecendo de pé, aponta de modo acusador para a mesa, balançando a cabeça negativamente; coloca o dedo indicador sob o globo ocular, sinalizando que ela “está de olho”. O caráter inflamado dos gestos, acompanhado de certa negligência com relação aos trabalhos do plenário, permite supor tratar-se de polêmica muito importante, pelo menos do ponto de vista de ambas.

Este episódio, banal em aparência, evoca uma característica recorrente nos trabalhos da V CNC – a saber, uma série de pequenas tensões muito difusas por todo o auditório. Embora estes pequenos conflitos relacionem-se com as grandes questões em jogo na Conferência, também guardam certa autonomia relativa. Alguns destes pequenos debates – que lembram o conceito de “sociabilidade agonística” empregado por Comerford (2003) para descrever interações sociais na Zona da Mata de Minas Gerais – relacionam-se, antes, a correções recíprocas das formas pelas quais os militantes se expressam entre eles do que ao conteúdo das falas. Muitas das solicitações para fazer uso da palavra por parte dos delegados constituem o espaço/tempo no qual estes conflitos menores ganham expressão e visibilidade. Elas são, na feliz expressão de Leite Lopes & Heredia (2014), parte das “estratégias de visibilização” de suas entidades, identidades e reivindicações (gerais, específicas e, mesmo, por vezes, pessoais).

Do ponto de vista dos militantes que coordenam os trabalhos e daqueles que

acompanham e participam mais ativamente deles, estas intervenções pontuais atrasam o andamento do plenário. Por outro lado, para os protagonistas destes conflitos, os trabalhos não podem continuar até que estas questões sejam enfrentadas. Isto que mesmo os militantes consideram um “atraso” nos trabalhos parece ser um aspecto estruturante destas reuniões. Com efeito, nenhum dos plenários da V CNC conseguiu encerrar os trabalhos no horário previsto pela programação; todos eles avançaram mais de uma ou duas horas o teto estabelecido. Estas tensões que expressam conflitos segmentares entre militantes isolados ou grupos segmentares de militantes parecem desempenhar um papel de tensões rituais, cujo objetivo é conservar a estrutura e os processos habituais das reuniões dos movimentos sociais – que supõem uma *participação ativa dos militantes*, sem a qual a concepção de *democracia participativa* que está em jogo, bem como o próprio conteúdo prático que define a noção mesma de *militância*, não se concretizam.

O Painel 1 tem por objetivo deliberar sobre substitutivos ao texto original do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano – com vistas a consolidar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano com caráter popular e participativo. Todos os substitutivos são propostas provenientes das Conferências Estaduais e Municipais das Cidades. Tendo, pois, já sido debatidos no âmbito destas conferências locais, a mesa coordenadora julga não ser necessário abrir inscrições para uso da palavra. Este fato desagrade o plenário, que solicita instauração de regime de votação no qual se delibera pela abertura de inscrições.

Daí em diante os militantes mais participativos ocupam, até o fim da reunião, o local diante do microfone, permanecendo de pé, com o caderno de propostas em mãos. Alguns deles, por vezes, pedem a palavra, formulam suas defesas e, quando

da votação, não erguem as credenciais para votar; encontram-se, já, concentrados sobre as questões que serão debatidas a seguir. Esta aglomeração humana que se constitui perto da mesa coordenadora é um dado recorrente de todos os plenários do evento. E tamanho é seu potencial para disputar a agenda, os rumos e a velocidade dos trabalhos das reuniões que, em todos os painéis, um membro da mesa desempenha o papel de mediador das demandas deste grupo. De pé, diante da aglomeração, este mediador ouve os pedidos de inscrição, os destaques, mas também certas demandas não previstas ou estabelecidas no protocolo de condução dos trabalhos destes plenários.

Há, pois, uma gramática da participação nestes espaços que não coincide, em todos os seus aspectos, com o protocolo oficial de condução destas reuniões. Estas transgressões do protocolo (solicitações de uso da palavra quando as inscrições já foram encerradas, de aberturas de defesas de propostas adicionais ao número deliberado em plenário, alteração da redação de textos que, por definição, não podem ser alterados naquele fórum visto já terem sido aprovados em plenários anteriores etc.) não parecem ser um “desvio” ou um “defeito” no andamento das reuniões, mas parte constitutiva e estruturante delas. Tanto assim que foi preciso criar a figura daquele mediador, espécie de intermediário entre a mesa coordenadora dos trabalhos e a aglomeração de militantes que disputa com aquela a dinâmica da reunião. Por vezes, quando os trabalhos estagnam por conta das intervenções desta aglomeração, todo o plenário entoia gritos de “senta, senta”. Ao que menos da metade dos que estão de pé atendem de fato.

Mas, se esta aglomeração frontal à mesa exerce de modo mais ativo sua crítica, investida nas questões em jogo, ela apenas leva ao paroxismo o *senso crítico*

que constitui um pré-requisito para todos os *militantes* dos movimentos sociais, senso crítico que pode ser definido como o idioma por meio do qual o princípio da “segmentaridade” (Evans-Pritchard, 1969; Goldman, 2006) – voltarei a este ponto – se expressa nas relações sociais entabuladas na Conferência. Diante do plenário, exercendo um controle quase paralisante sobre a mesa coordenadora, estes militantes oferecem um modelo de ação para os demais, que o exercitam ali como alhures.

A escala etnográfica

Quarta-feira, 20 de novembro de 2013 – plenária para a aprovação do regimento interno da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Cerca de 2/3 dos assentos do Auditório Planalto do Centro de Convenções Ulisses Guimarães (cuja capacidade máxima é de 983 pessoas) se encontram ocupados. Chego ao plenário em pleno andamento dos trabalhos. A discussão em pauta se refere ao horário de credenciamento dos delegados. A proposta registrada no regimento determina que o credenciamento dos titulares será até as 18h00min do segundo dia do evento. No entanto, alguém do plenário encaminha uma proposta de redução do teto, segundo a qual o credenciamento dos titulares encerrar-se-ia às 14h00min. A mesa pergunta se alguém defende a manutenção do texto original sem que ninguém se manifeste. Um delegado, representante do poder público estadual de Mato Grosso, faz a defesa da proposta de redução do horário. Por fim, entra-se em regime de votação, quando o plenário delibera pela manutenção do teto original.

Segue-se a votação de outro destaque apresentado por uma delegada do movimento popular de Vila Velha, ES, referente ao artigo do regimento que determina o seguinte: “As moções serão levadas a plenário mediante a assinatura

de pelo menos 10% dos delegados credenciados”. A militante formula então a proposta de redução do percentual das assinaturas para encaminhamento das moções, de 10% para 1%. Em sua defesa, argumenta que a exigência dos 10% constitui uma barreira para o encaminhamento de moções, fazendo com que somente os movimentos com representatividade nacional controlem a aprovação delas. Na sequência, concordando, um delegado da Bahia, que não declara a entidade de pertencimento, toma a palavra e propõe que, na proposta, substitua-se a expressão “delegados credenciados” por “delegados presentes no plenário”. É emenda que, por vezes, os delegados credenciados vão a Brasília para “fazer turismo” e não comparecem aos plenários e ao que grande parte dos presentes no auditório responde com vaias. A mesa argumenta que sua proposta não facilitaria o encaminhamento de moções, já que as assinaturas não são recolhidas apenas no plenário, mas em diversos espaços. Um delegado representante do poder público municipal do Pará toma a palavra e apresenta a defesa do percentual de 1%. Outro delegado, este da CMP, defende a manutenção do texto original. E argumenta que o percentual de 1% não garante representatividade dos documentos. Entra-se em regime de votação e a manutenção do percentual de 10% é aprovada.

O plenário é encerrado com a aprovação do regimento da V CNC. Antes, porém, que todos se retirem do auditório, uma delegada da UNMP toma a palavra:

Companheiros, a gente tem uma denúncia a fazer aqui. O Ministério das Cidades está tratando os delegados dos movimentos populares pessimamente. A alimentação está precária, não tem horário certo, não tem ônibus pra conduzir a gente até o centro de convenções e até o hotel. Nós queremos denunciar aqui, neste primeiro plenário, este tratamento

do Ministério das Cidades para que a situação seja resolvida. Senão nós vamos escrever uma moção de repúdio ao Ministério das Cidades para entregar à Dilma.

Seguem-se aplausos acalorados de todo o plenário. Uma mulher, sentada no assento atrás de mim, vestida com uma camisa do MNLM, faz alguns comentários acerca de militantes em um hotel.

Aqui é o lugar certo pra denunciar. O responsável por esta situação é o Ministério das Cidades, mas lá no hotel os representantes dos movimentos populares estavam tratando mal os funcionários do hotel. Aí teve um funcionário que virou pra eles e disse: “nós também somos trabalhadores como vocês”. Aí teve um militante que respondeu: “você é trabalhador pelego”. Esses são os revolucionários de merda que tem aqui.

O episódio introduz a pergunta central deste artigo: há algum princípio ordenador que nos permita formular uma interpretação unificada das distintas relações conflituosas que testemunhamos aqui (os conflitos entre movimentos sociais e Ministério das Cidades; entre militantes destes movimentos e os trabalhadores do hotel; e, finalmente, entre os próprios militantes – entre a delegada que fez a denúncia e a que formulou os comentários críticos sobre os “revolucionários de merda”)? A hipótese aventada é de que o próprio pré-requisito fundamental da formação de um *militante*, qual seja, a formação do *senso crítico*, se converte frequentemente num fato social total, investido doravante em todas as situações de interação (sejam elas entre militantes, entre estes e quaisquer outras pessoas, entre entidades dos movimentos sociais, e entre estes e as várias esferas do Estado).

Ao sair do auditório entabulo conversa com um militante da Central

Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo, comentando a denúncia da UNMP, referente aos problemas com hospedagem, transporte e alimentação. Ele confirma as denúncias:

Nós chegamos ao aeroporto e a coordenação da conferência nos recepcionou e levou para o hotel. Os hotéis foram divididos por segmento, segmento de luta por moradia ficaram todos no mesmo hotel, movimentos de trabalhadores ficaram em outro, cada segmento ficou num lugar. Tudo definido pela organização da conferência. Mas quando a gente chegou no hotel que ficou com os delegados representantes dos trabalhadores não tinha mais vaga. Aí falaram pra gente almoçar e fazer o credenciamento e nos mandaram pra outro hotel. Eu nem fui ainda pro outro hotel que me mandaram. Acabei de fazer o credenciamento agora e perdi a primeira plenária. Só vou pro hotel depois da cerimônia de abertura.

Perguntei diretamente qual era a opinião dele a respeito da relação entre os movimentos sociais ali presentes e os governos em suas três esferas. Segue-se sua resposta:

Em São Paulo os movimentos de luta por moradia buscam dialogar com o governo, com o Fernando Haddad e com a Dilma, mas resguardando autonomia. A estratégia lá tem sido ocupar os imóveis vazios no centro para pressionar para que os trabalhadores retornem pro centro da cidade, de onde eles foram expulsos historicamente.

Não por acaso o Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, encerrou sua fala, no segundo dia do evento, com as seguintes palavras: “Vamos continuar amigos e continuar brigando. Porque a briga de vocês é essencial pra gente continuar avançando”. Esta fala – que poderia ser concebida

como uma formulação nativa do princípio antropológico da segmentaridade – sintetiza bem a maneira pela qual alguns dos grandes movimentos nacionais que têm assento no ConCidades, como a CONAM e a CMP, caracterizam sua relação com o Governo Federal – em consonância com as linhas gerais do depoimento do delegado representante da CUT, acima registrado.³

Quinta-feira, 21 de novembro de 2013, Painel 2 – plenário para a criação de mecanismos que garantam participação e controle popular no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. A fala de abertura é proferida por Gilberto Carvalho. Uma aglomeração de militantes cerca o ministro quando ele desce da tribuna. O delegado da UNMP responsável por coordenar os trabalhos da mesa toma a palavra: “companheiros, a contribuição de vocês agora é aqui no plenário, deliberando sobre a participação e controle popular. Deixem o ministro Gilberto Carvalho ir trabalhar”. Episódios desta natureza se repetem em várias conferências nacionais e lançam luz sobre as forças centrípetas investidas nas conferências, que aproximam a sociedade civil organizada dos centros de poder estatal. Os militantes das entidades que participam destes espaços institucionais parecem ter consciência destas forças centrípetas e manipulam as possibilidades de negociação e de visibilização de suas demandas que elas possibilitam.

Sexta-feira, 22 de novembro de 2013, Painel 3 – plenário para deliberar sobre a Função Social da propriedade. O painel inicia-se com algumas falas de membros convidados da mesa. O Auditório Máster

encontra-se ocupado, em sua maior parte, por delegados representantes das entidades CMP, CONAM e MNLM. Em meio à primeira exposição de um dos convidados, gritos e palavras de ordem chegam ao auditório, vindos de fora. O coordenador da mesa, representante da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, interrompe a fala da expositora e diz: “Companheiros, parece que está ocorrendo uma mobilização lá fora e está vindo pra cá. Vamos aguardar a chegada dos companheiros”.

A UNMP chega em bloco, entoando palavras de ordem: “É a União, é a União, é a União que constrói o mutirão”. As mulheres da *União* seguram pompons amarelos – cor da UNMP – agitando-os enquanto cantam. Todos os militantes da *União* ocupam lugares do auditório sem, no entanto, se sentar – fato que obstrui a visão de parte dos presentes que já se encontravam acomodados. Um dos delegados da entidade sobe na balaustrada que separa o plenário da mesa e registra, com sua câmera filmadora, a chegada de seus companheiros, enquanto oblitera a visão de alguns dos presentes. O coordenador dos trabalhos pede atenção aos recém-chegados que, contudo não param de cantar ainda por um tempo. Por fim, com sagacidade, ele pede uma salva de palmas aos companheiros da *União*. Somente ao cabo das saudações os delegados da entidade se acomodam e silenciam os cantos. A chegada triunfante da UNMP não pareceu levantar nenhuma demanda, nenhuma reivindicação específica. O formato de ato público teve por objetivo aparente apenas marcar forte posição da

³ Com efeito, um jornal informativo da CMP caracteriza a trajetória da entidade nos seguintes termos: “O 5º Congresso Nacional da Central dos Movimentos Populares celebrou os 20 anos da entidade, destacando a sua participação fundamental na luta contra o projeto neoliberal, no período de 1994 a 2002, tendo sido uma das entidades organizadoras de grandes mobilizações de rua, a exemplo da marcha dos 100 mil em Brasília, dentre outras. Já entre 2003 e 2013, nos governos Lula e Dilma, a conclusão é que a CMP, em alguns estados, priorizou a participação em espaços institucionais, como as conferências e conselhos”.

entidade no plenário. Parecia tratar-se de mais uma das “estratégias de visibilização” (Leite Lopes & Heredia, 2014) levadas a curso pelos atores dos movimentos sociais no âmbito das conferências.

O coordenador da mesa restitui a palavra à expositora. Súbito, um militante do MNLM se levanta e começa a gritar: “Aqui no plenário tá todo mundo calado...”, principia o delegado, a partir do que não consigo entender suas palavras. A mesa pede a alguém da coordenação que vá falar com ele, ao que uma mulher se levanta e vai ouvi-lo.

Reinicia-se, pela terceira vez, a exposição da palestrante. Em linhas gerais, sua fala consistiu em denunciar o que ela denominou de “cidade da mercadoria”, uma antítese de espaço público, garantidor dos direitos de todos os equipamentos urbanos, e contrário à satisfação das necessidades coletivas. Afirmou a importância do Plano Diretor dos municípios como um espaço de democratização das políticas públicas. Mas disse também: “O aumento dos recursos públicos governamentais, nos últimos dez anos, para fazer a reforma urbana, não tem sido suficiente. O que nós vivemos hoje é uma antirreforma? urbana”.

Durante todas as exposições dos convidados, grande parte dos delegados dos movimentos sociais não param em suas cadeiras. Na fileira onde me sento, militantes levantam-se recorrentemente e me pedem passagem. Este fato, somado à manifestação do delegado do MNLM que diz “aqui no plenário tá todo mundo calado...”, sugere certa falta de interesse por parte dos militantes em ouvir, de um modo passivo, os expositores; seu objetivo na conferência é, antes, o de *participar ativamente e tomar a palavra*.

Inicia-se finalmente a votação das propostas do Painel 3. Antes mesmo que o coordenador inicie a leitura das emendas aditivas ou substitutivas, no momento da leitura do texto original uma fila de

militantes com questões de ordem e de encaminhamento se constitui diante do microfone reservado às intervenções do plenário. Caso o plenário aprove a preservação do texto original, no entanto, não há motivos para aquela aglomeração, posto não ser necessário abrir defesas das emendas. Mas aqueles delegados disputando o microfone são, já, uma premonição de que o texto original será reprovado.

A alteração do texto original das propostas abre, pois, a possibilidade de interações sociais específicas – as intervenções de defesas das emendas (leia-se, a tomada da palavra por parte de militantes do plenário, de outro modo monopolizada pela mesa coordenadora). Estas defesas das emendas são sempre precedidas de conversas e debates (mais ou menos acalorados), em pequenas aglomerações muito difusas por todo o auditório e, sobretudo, diante do microfone do plenário.

Na 257^a emenda aditiva há um erro de digitação. Um delegado pede a palavra e sugere a correção. A mesa acata o encaminhamento. Outro delegado argumenta que a mesa não pode alterar o texto. É emenda que, por mais que o texto apresente erros de digitação, sua alteração pelo plenário é um precedente perigoso, visto que os textos foram redigidos no âmbito das conferências locais e que a conferência nacional não tem competência para alterar propostas dos estados e municípios. A aglomeração aumenta diante do microfone; gritos exaltados e gestos de indignação pululam em todos os cantos. Entretanto, a possibilidade de ajustar o texto, em caráter extraordinário e somente em casos de erros de digitação, é aprovada pelo plenário.

Retiro-me do auditório em direção ao pátio do centro de convenções. Sento-me perto de um grupo de cinco delegados que conversam animadamente. Um militante

da CONAM diz para outro da UNMP: “Se você sair da *União* e vier pra CONAM, vai provocar a queda do técnico” – referindo-se metaforicamente ao presidente da UNMP. Seguem-se uma série de metáforas futebolísticas. Diz o militante da *União*: “Mas eu já tô é pendurando as chuteiras, visse?” Ao que o outro responde: “tá nada, nós estamos montando uma seleção na CONAM pra você vir jogar com a gente. Porque nossa camisa é amarela, mas aqui não é *União* não, visse? Aqui é CONAM”.

Confrontando escalas

“Nós vamos retomar a proposta de *reforma urbana* em novas bases”. Assim Ermínia Maricato – liderança histórica da luta pela reforma urbana e uma das principais formuladoras do projeto do Ministério das Cidades (reivindicação dos movimentos sociais transformada em realidade, durante o governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva) – rematou sua participação num debate sobre os megaeventos, organizado pelo Comitê Popular Rio, Copa e Olimpíadas no dia 25 de novembro de 2011.⁴ Em linhas gerais, a exposição da urbanista sugeriu que os megaeventos não inauguram uma dinâmica nova nas cidades brasileiras. Eles apenas intensificam uma “febre” sempre presente que tem como causador o grande capital urbano (incorporadoras, construtoras, empreiteiras, o latifúndio urbano, a especulação imobiliária, a indústria automobilística). Segundo Maricato, estas seriam as forças que dominam a política urbana no Brasil, a razão pela qual o Estado brasileiro não tem condições para atender o que os movimentos populares urbanos defendem como uma *inversão*

de prioridades. De fato, uma frase muito comum entre os movimentos sociais, referida ao latifúndio urbano, é: “quem tem a terra domina a política urbana”. Daí também resulta o ponto de vista mais recente de Maricato sobre a participação dos movimentos sociais nos conselhos e noutras vias institucionais:

Não tem falta, no Brasil, de planos e leis. Recentemente nós tivemos uma festa de planos diretores que foi a campanha dos planos diretores participativos. Eu realmente acho que nós temos que fazer um balanço disto e parar de acreditar que planejamento urbano vai passar por cima de interesses que são muito fortes na produção da cidade. [...] Nós temos que acabar com essa ingenuidade. O Flávio Villaça escreveu “Ailusão do plano diretor” antes da última campanha dos planos diretores participativos. Naquela campanha nós também cometemos o erro muito grave que foi de colocar todo o movimento popular discutindo plano diretor, discutindo lei, fazendo capacitação de instrumentos técnicos. Não é função do movimento popular achar saídas técnicas e urbanísticas. É função do movimento popular fazer exigências. E talvez é função de um técnico, quando procurado, achar saídas. Durante esse período de tempo, desses anos recentes, nós tivemos uma febre participativa. Tem bibliografia que fala que nós tivemos 20 mil conselhos participativos; de criança, adolescente, idosos, saúde, educação, cidades, habitação. Isto tudo multiplicado por municípios, estados e governo federal. Mas o que é que aconteceu com as nossas cidades, durante esse período?

5

⁴ Ver <<http://www.youtube.com/watch?v=Ctadh7ehMQo>>. Acesso em 12 set 2014.

⁵ A crítica de Maricato vai além ao denunciar a flexibilização da normativa urbanística para atender a interesses do capital urbano, que é perpetrada no interior de alguns conselhos: “Eu fui convidada para participar de uma manifestação que era de defesa de uma promotora que foi afastada por um juiz porque ela queria brechar um projeto francamente ilegal de cinco torres que serão construídas (se o nosso movi-

Pode-se tomar essa fala de Maricato como um caso expressivo dos movimentos que não acreditam na eficácia da participação institucional. Este é, por exemplo, o caso dos Comitês Populares da Copa, dentre os quais a entidade carioca que organizou o debate acima citado. Entretanto, fazer uma separação rígida entre os que participam ou não de determinadas instâncias institucionais, ou entre os que apoiam ou que se opõem ao governo federal, pode conduzir a uma visão simplista da realidade. Esboçada assim, de modo simplificado a posição (melhor seria dizer no plural) acima, perdemos muitas de suas nuances segmentares. De fato, se desconsiderarmos estas variações, parecerá estranho que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que privilegia a *ação direta* nas ruas, tenha se mobilizado em conjunto com a Central dos Movimentos Populares (CMP) em defesa da recente aprovação do Plano Diretor do município de São Paulo, defendido, também, pelo prefeito da capital paulista Fernando Haddad. Se as formulações de Maricato, bem como as ações dos Comitês Populares da Copa e do MTST, expressam a posição dos movimentos populares críticos à atuação nos conselhos participativos que se multiplicaram nos últimos doze anos com estímulo do Governo Federal, a posição da CMP, por outro lado, ilustra o ponto de vista predominante não apenas entre os seus militantes, mas também nas entidades nacionais com assento no ConCidades.

Mesmo críticos ao caráter apenas consultivo dos conselhos, e lutando para torná-los deliberativos, tais movimentos reconhecem neles certo poder de influência sobre as políticas urbanas (conquanto ínfimo frente ao poder de *lobby* do grande capital). Além disto – o que talvez seja ainda mais fundamental –, as entidades que participam dos conselhos e conferências veem neles, de um lado, uma porta de acesso a múltiplas esferas do poder estatal e, de outro, um importante espaço de formação política de seus quadros, que precisa ser protegido contra as forças que o querem extinguir, bem ilustradas na reação ao recente decreto presidencial nº 8.243/2014 que cria o Sistema Nacional de Participação Social.

Os conflitos entre movimentos sociais e os representantes do grande capital urbano podem ser compreendidos de modo relativamente simplificado (ao menos para efeitos de argumentação, já que os casos particulares frequentemente assumem formas bastante complexas), por meio da chave da luta de classes, da oposição estrutural entre capital e trabalho. Entretanto, as relações conflituosas que se estabelecem entre as entidades destes movimentos sociais e as distintas esferas do Estado brasileiro (incluindo governos que têm em sua composição segmentos da sociedade historicamente vinculados às lutas populares) – e mais ainda, as relações entre estes movimentos e a chamada “mão esquerda do Estado” (Bourdieu, 1998) –

mento nas ruas não impedir) na fachada do porto de Recife. E a promotora exigiu o impacto ambiental e paisagístico e o juiz afastou a promotora. E eu conversei com vários funcionários da prefeitura e eles me disseram que tinham negado o alvará pras cinco torres. E simplesmente eu perguntei: ‘mas como é que foi aprovado?’ ‘Ah, passou no Conselho de Desenvolvimento Urbano’. Sabe esses conselhos que a gente faz para [exercer] o controle social sobre o Estado? Simplesmente o Conselho de Desenvolvimento Urbano aprovou algo ilegal. Porque cinco torres? De trinta, quarenta andares? Num centro histórico de ruas estreitas? Como é que faz?’ (Fala de Maricato em sua participação no debate acima citado). O desdobramento das lutas populares contra o projeto Novo Recife (que atualmente prevê a construção não de cinco, mas de doze torres na zona portuária de Recife), teve seu ponto culminante no movimento “Ocupe Estelita”.

são, por seu turno, bastante complexas e apenas começam a ser estudadas pelas ciências sociais, no país (por exemplo, em Leite Lopes & Heredia, 2014). Mas, ainda mais complicações para interpretação sociológica trazem os conflitos deflagrados entre as entidades dos movimentos populares, bem como aqueles que ocorrem no interior mesmo das entidades.

Estamos aqui em pleno cruzamento das escalas etnográficas e macrosociológicas. E talvez seja este exercício mesmo de confrontar escalas um procedimento heurístico para a interpretação das questões em jogo. Em seu livro *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*, Marcio Goldman (2006) destaca, como um aspecto central das relações políticas entre grupos de carnaval do sul da Bahia, a segmentaridade – vale dizer, a alternância entre distinção e identificação, de acordo com a conjuntura política, entre militantes de grupos (rivais ou aliados) e mesmo de subgrupos no interior de um mesmo grupo. Embora, em termos abstratos, a oposição binária entre solidariedade e egoísmo tenda a ser deslocada (mediante um balanço do conhecimento etnográfico) pelo meio termo da solidariedade vicinal ou parcial – e o dualismo homólogo entre cooperação e competição, desarticulado pelas práticas corporativas (Deleuze, 2001: 32) – no nível empírico parece haver diferenças substanciais entre o grau de segmentaridade em cada sociedade

particular. É assim que Guillermo O'Donnell (1982), em seu estudo comparado entre sociabilidade e política no Brasil e na Argentina, conclui que este último país não teria conseguido constituir um projeto político unificado, diferentemente do Brasil, em decorrência do caráter mais conflituoso das relações sociais argentinas. Uma comparação contemporânea entre os dois países poderia talvez aventar uma hipótese contrária à tese de O'Donnell. Seja como for, a interpretação que o cientista político argentino elabora sobre seu próprio país não saiu de minha lembrança durante o trabalho de campo na V CNC; como também não saiu o relato de Goldman, sobre a política dos grupos carnavalescos do sul da Bahia.

Em suma, e para conferir maior concretude a este confronto de escalas, a pergunta que a observação – inspirada pelos autores mencionados – fez emergir é esta: será útil conceber os microconflitos segmentares entre militantes, registrados pela etnografia, de um lado, e as grandes tensões entre entidades destes movimentos, e entre elas e o Estado (em suas múltiplas esferas), de outro, como dois polos de um contínuo? Na medida mesma em que a segmentaridade – desde o trabalho pioneiro de Evans-Pritchard, *The Nuer* (1969) – tem como característica a capacidade de borrar as fronteiras⁶ entre escalas de observação, não seria esta categoria ela mesma uma chave para a compreensão das contribuições da

⁶ Charles Tilly, revendo o postulado segundo o qual a noção de sociedade delimita “uma coisa à parte”, nota o caráter necessariamente fluido de fronteiras que delimitam unidades sociais em diferentes escalas: “To what extent do the boundaries of different kinds of social relations coincide?” (Tilly, 1984: 23). “Yet these politically reinforced frontiers do not contain all social life. Economic geographers enjoy demonstrating how different in scale and contour are the units defined by different activities or social relations” (Tilly, 1984: 24). Com efeito, o geógrafo David Harvey não apenas endossa a afirmação de Tilly como enfatiza os problemas analíticos que podem decorrer de mudanças abruptas de escala (ver Harvey, 2014: 138). A análise pautada na segmentaridade pode ser um antídoto contra estes problemas, já que ela engloba as complexidades estruturais que são adicionadas quando passamos de uma escala a outra.

etnografia para a construção de teorias sociais macrossociológicas? Se a resposta a estas questões for afirmativa, então as diferenças entre o jogo de conflitos e adesões que testemunhamos na etnografia (“nossa camisa é amarela, mas aqui não é União não, visse? Aqui é CONAM”) e as coalizões e cisões entre movimentos e governos em escala macrossociológica (como a luta unificada do MTST, da CMP e do prefeito de São Paulo pela aprovação do Plano Diretor), não são de natureza, mas de grau – ou melhor, de escala.

Considerações finais

Caracterizei os pequenos conflitos difusos pelos espaços da V CNC como “tensões rituais”. Trata-se de considerar que pode ser profícuo pensar sobre a maneira pela qual a maior parte dos *militantes* presentes na Conferência exercita sua *crítica*. Parece-me que são pelo menos duas as motivações que levam a maioria dos militantes delegados da Conferência a exercer exaustivamente seu *senso crítico*, em todas as oportunidades possíveis: a) uma necessidade imperiosa que estes atores sentem de afirmar, até à exaustão, o caráter *democrático e popular* do plenário, com voz e voto garantidos a todos; e b) outra necessidade, também imperiosa, de afirmar a própria *consciência crítica* (pré-requisito fundamental para participar em certos circuitos sociais de interação de *militantes* dos movimentos sociais). Esta afirmação da própria *consciência*

se manifesta, sobretudo por meio da correção professoral dos demais. Por vezes, o único subterfúgio encontrado para exercitar tal modo de se relacionar com os *companheiros*, afirmando estas tensões rituais, é a forma de falar. Uma vez que, do ponto de vista do conteúdo político das falas, pode haver grandes concordâncias⁷ entre os movimentos sociais participantes da Conferência, a correção recíproca das formas de falar, a retificação no uso de conceitos *não adequados* para certos contextos etc., é a maneira mais recorrente por meio da qual se afirmam estas tensões rituais. Esta espécie de sociabilidade agonística entre os militantes, entre os quatro grandes movimentos, entre partes deles etc., motivada pela quase compulsão por demonstrar *senso crítico* em todos os momentos da Conferência, me chamou muito a atenção. Trata-se talvez do aspecto que mais caracteriza a maneira pela qual os movimentos sociais se relacionam entre si (e, talvez, com setores do Estado). Esta demonstração quase “obrigatória”⁸ do *senso crítico*, entre militantes, talvez possa ser melhor interpretada (e, por conseguinte, também as formas de relações sociais que ela produz) por alguma coisa semelhante ao que se tem chamado de “sociologia da crítica” mais do que por uma “sociologia crítica” (Boltanski & Thévenot, 1999). Creio também que muito se poderia ganhar aplicando ao estudo destes fóruns de debate, plenários, conferências etc. uma abordagem antropológica

⁷ Embora a conferência, como venho argumentando, constitua um espaço de interação dos movimentos sociais com a esfera pública repleto de polêmicas e de formas agonísticas de sociabilidade, há, sem dúvida, também, em sua esfera, alguns grandes acordos (ou pressupostos compartilhados). Poder-se-ia dizer, algumas “verdades”, sancionadas pelo coletivo, sobre as quais não se admite discussão; aquilo a que Pierre Bourdieu se refere como doxa – isto é, pressupostos compartilhados que estão fora da esfera da dúvida. O próprio caráter compulsório da expressão do *senso crítico*, independente da situação sobre a qual ele se aplica me parece um destes grandes acordos.

⁸ Trata-se, segundo me parece, de uma obrigação que emana do coletivo e que constrange a pessoa a demonstrar as habilidades e conhecimentos necessários a um militante. Algo como “a expressão obrigatória dos sentimentos” de que fala Mauss (1979).

semelhante à que Moacir Palmeira & Beatriz Heredia (2009) aplicaram ao estudo dos comícios; tratando-os como rituais que possuem configurações espaciais e temporais específicas e tomando-os em sua positividade sociológica, buscando entender, pois, as relações sociais que estes rituais produzem. A hipótese deste artigo sugere que estas formas específicas de relação entre militantes de movimentos sociais, produzidas no âmbito da V CNC, guardam alguma relação com as maneiras pelas quais estes movimentos se relacionam também com a esfera pública. Talvez eles usem os mesmos óculos (do *senso crítico*) para se olharem entre si e para olharem para os governos, em suas várias esferas.

Cabe indagar (com alguma ambição propositiva da sociologia pública e como fizera outrora O'Donnell acerca da Argentina) se esta modalidade específica de sociabilidade agonística entre militantes e entidades dos movimentos sociais urbanos não impõe um limite à agenda de uma luta unificada pela reforma urbana. Com efeito, por ocasião do processo eleitoral para a presidência da República, no ano de 2014, foi possível observar estas divisões segmentares, no interior da esquerda e dos movimentos sociais brasileiros, em

contornos bastante nítidos (embora, como tenho enfatizado aqui, dinâmicos). Diante de uma direita unificada que quase logrou eleger seu representante, as forças democrático-populares do país seguem perigosamente com suas formas aguerridas de se relacionar entre si. Vale a pena encerrar com o editorial expressivo do site *Carta Maior*, que no âmbito mais engajado da intervenção intelectual formula o mesmo problema geral apresentado por estas notas etnográficas; o problema dos limites da segmentaridade como princípio estruturador das relações políticas:

O que se quer saber é se Lula já conversou com Boulos, do MTST; se Boulos já conversou com Luciana Genro [do PSOL]; se Luciana Genro já conversou com a CUT; se a CUT já conversou com Stédile [do MST]; se todos já se deram conta de que passa da hora de uma conversa limada de sectarismos e protelações, mas encharcadas das providências que a urgência revela quando se pensa grande. Se ainda não se aperceberam da contagem regressiva que, uma vez mais, ameaça abortar o nascimento de um Brasil emancipado e progressista, bem... Serão avisados de forma desastrosa quando o alarme soar. (Leblon, 2014)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, 2/3.
- Bourdieu, Pierre. (1998). *Contre-feux: Propôs pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale*. Paris: Raisons d'Agir.
- Central dos Movimentos Populares. (2013). *Informativo 03*, 18 de novembro.
- Comerford, John Cunha. (2003). *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Deleuze, Gilles. (2001). *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Editora 34.
- Evans-Pritchard, Edward Evan. (1969). *The Nuer: a description of the modes of livelihood*

- and political institutions of a Nilotic People*. (15^a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Goldman, Marcio. (2006). *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Harvey, David. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Leblon, Saul. (2014). O mal-estar com o Brasil. *Carta Maior*, 19 de novembro. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/O-mal-estar-com-o-Brasil/32267>>. Acesso em 14 dez 2014.
- Leite Lopes, José Sergio & Heredia, Beatriz (orgs.). (2014). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE.
- L'Estoile, Benoît de; Neiburg, Federico & Sigaud, Lygia (2002). Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L'Estoile, Benoît de; Neiburg, Federico & Sigaud, Lygia (orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.
- Marcus, E. George. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24.
- Mauss, Marcel. (1979). *Antropologia*. São Paulo: Ática.
- O'Donnell, Guillermo. (1982 [1997]). Y a mí, qué mierda me importa? Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. In: O'Donnell, Guillermo (org.). *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, p. 165-193.
- Palmeira, Moacir & Heredia, Beatriz. (2009). *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Pandolfi, Dulce & Espírito Santo, Wecisley Ribeiro do. (2014). Movimentos sociais urbanos e esfera pública: questões para o debate. In: Leite Lopes, José Sergio & Heredia, Beatriz (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE.
- Tilly, Charles. (1984). *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York: Russell Sage Foundation.
- Tilly, Charles. (1977). *From mobilization to revolution*. Michigan: Center for Research on Social Organization/University of Michigan.